Pontos de Interrogação
Revista de Crítica Cultural

BY-SA

ISSN: 2237-9681
Recebido: 30 set. 2025
Aprovado: 11 nov. 2025
10.30620/pdi.v15n2.p185

ARTIGOS

Racionalidade técnica e subjetivação algorítmica no Sul Global: colonialidade, produção de saber e a urgência de resistências epistêmicas

Lívia Victória Warol Carneiro

Resumo: Este artigo propõe uma crítica radical à inteligência artificial (IA) a partir das epistemologias do Sul, articulando contribuições de pensadoras e pensadores como Aníbal Quijano, Lélia Gonzalez, Deivison Faustino, Walter Lippold, Boaventura de Sousa Santos, Ramón Grosfoguel, Milton Santos, Catherine Walsh, Frantz Fanon, Stuart Hall e Karl Marx. Defende-se que a IA, longe de ser neutra ou emancipadora, opera como tecnologia de reprodução da colonialidade — do saber, do ser e do poder — por meio da racionalização algorítmica das desigualdades históricas. A partir das noções de colonialismo digital, racismo algorítmico e fetichismo da técnica, analisa-se como a IA atua como regime de verdade racializado e instrumento de subjetivação performativa, interseccionalmente marcada por raça, gênero, classe e território. O artigo rompe com a lógica tecnocrática de "dar voz" aos povos subalternizados — afirmando que estes sempre falaram, mas foram sistematicamente silenciados por um sistema de escuta seletiva. Por fim, reivindica-se a insurgência de saberes encarnados e desobedientes como caminho para reencantar a técnica a partir da escuta radical, da pluralidade epistêmica e da potência viva do Sul Global.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Colonialidade. Epistemologias do Sul. Racismo algorítmico.

Technical rationality and algorithmic subjectivation in the Global South: coloniality, knowledge production, and the urgency of epistemic resistances

Abstract: This article presents a radical critique of artificial intelligence (AI) from the perspective of Southern epistemologies, drawing on the contributions of thinkers such as Aníbal Quijano, Lélia Gonzalez, Deivison Faustino and Walter Lippold, Boaventura de Sousa Santos, Ramón Grosfoguel, Milton Santos, Catherine Walsh, Frantz Fanon, Stuart Hall, and Karl Marx. It argues that AI, far from being neutral or emancipatory, operates as a technology for reproducing coloniality-of knowledge, being, and power-through the algorithmic rationalization of historical inequalities. Through the concepts of digital colonialism, algorithmic racism, and the fetishism of technique, the ar-

ticle examines how AI functions as a racialized regime of truth and an instrument of performative subjectivation, shaped by intersecting markers of race, gender, class, and territory. It challenges the technocratic logic of "giving voice" to subaltern peoples-asserting that they have always spoken, but have been systematically silenced by a system of selective listening. Finally, the article calls for the insurgency of embodied and disobedient knowledges as a pathway to re-enchant technology through radical listening, epistemic plurality, and the living power of the Global South.

Keywords: Artificial Intelligence. Coloniality. Southern Epistemologies. Algorithmic Racism.

Introdução

> Se o mangue é essa substância, a antena parabólica enfiada na sua lama
> é o código que transmite essa substância para o mundo.
> — Fred Zero Quatro (1992)

A imagem do mangue atravessado por uma antena parabólica resume de forma potente as tensões epistêmicas que este artigo deseja explorar. O mangue, com sua densidade opaca, ambígua e viva, representa os saberes do Sul — insurgentes, encarnados, enraizados em histórias de resistência. A antena, por sua vez, evoca a técnica: a mediação, a codificação, a captura. É nesse ponto que se inscreve a crítica à inteligência artificial (IA): como tecnologia que não apenas transmite, mas reconfigura, extrai e reorganiza o mundo sob os parâmetros do Norte Global, segundo lógicas raciais, coloniais e capitalistas. Quando nos referimos à inteligência artificial neste artigo, não tratamos de toda e qualquer forma de automação computacional, mas especificamente dos sistemas algorítmicos contemporâneos baseados em aprendizagem de máquina, operados em larga escala por corporações tecnológicas globais e integrados à economia política dos dados. É esse regime sociotécnico — e não a técnica computacional em abstrato — que constitui o alvo da crítica aqui desenvolvida. Ao longo deste texto, embora se utilize ocasionalmente o termo "o algoritmo" no singular, faz-se como metonímia para o regime sociotécnico descrito, reconhecendo que se trata de uma arquitetura plural e heterogênea de sistemas.

A IA é celebrada como ápice da racionalidade técnica — transparente, imparcial e eficiente. No entanto, ao olharmos desde o Sul Global, essa transparência revela-se uma ilusão. A IA não é neutra: ela é uma tecnologia de classificação e controle, fundada sobre exclusões históricas, como apontam Ruha Benjamin (2019) e Safiya Umoja Noble (2018), operando segundo o que Deivison Faustino e Walter Lippold (2023) chamam de colonialismo digital. Trata-se de um regime algorítmico que, longe de corrigir desigualdades, as automatiza.

Inspirando-se nas epistemologias do Sul, formuladas por Boaventura de Sousa Santos (2010) e Catherine Walsh (2009), este artigo parte da compreensão de que a IA reproduz a colonialidade do saber, do poder e do ser (Grosfoguel, 2016). Não apenas marginaliza saberes — ela também conforma corpos, subjetividades e territórios. Como nos alerta Lélia Gonzalez (2018), o racismo não é um resquício da história colonial, mas uma estrutura ativa de organização da sociedade. E a IA, ao operar com padrões racializados de dados, linguagem e decisão, atua como vetor técnico da colonialidade do racismo.

Além disso, como ensinam Frantz Fanon (1968) e Stuart Hall (2006), a dominação não opera apenas materialmente, mas representacionalmente. A IA participa da guerra simbólica sobre quem é considerado humano, racional, eficiente — e quem será reduzido à condição de ruído ou erro estatístico. A crítica, portanto, não deve partir da lógica de "dar voz" aos povos subalternizados — pois como aponta Gayatri Spivak (2010), o subalterno fala, mas não é ouvido. O desafio é romper com o filtro epistêmico que regula a escuta. Como propõem Grada Kilomba (2019) e bell hooks (2013), a fala autorizada é aquela que se adapta aos códigos do dominador. O que reivindicamos aqui é o direito de falar de outra forma — e o dever ético de escutar o que não se encaixa, o que transborda.

Como nos ensina Milton Santos (2006), não há técnica neutra, nem espaço homogêneo: há produção social do espaço e disputa por projetos de sociedade. A IA não escapa a isso. No Sul Global, seus efeitos não são os mesmos: aqui, ela age como instrumento de vigilância, apagamento e normalização de um mundo feito para outros. A crítica à IA deve, portanto, ser estrutural e insurgente — uma crítica que convoque saberes corporificados, dissidentes, periféricos e desobedientes.

A partir de um diálogo entre autores como Marx (2013), Quijano (2005), Fanon (1968), Hall (2006), Walsh (2009), Grosfoguel (2016), Faustino e Lippold (2023), Gonzalez (2018), Santos (2006) e Kilomba (2019), desenvolvemos neste artigo uma crítica que atravessa diferentes camadas do problema algorítmico. Iniciamos com uma análise da colonialidade do saber e da técnica fetichizada, evidenciando como a IA opera como máquina de produção de verdade ancorada em epistemologias excludentes. Em seguida, investigamos a formação de subjetividades performativas e alienadas, moldadas pelo produtivismo neoliberal e racializadas pela lógica classificatória da IA. Passamos então a discutir as resistências epistêmicas que emergem nas margens — saberes negros, indígenas, feministas, populares, *hackers* e insurgentes — que tensionam o monopólio tecnocientífico da escuta. Abordamos também a tecnopolítica da representação algorítmica do ser, articulando as formulações de Fanon (1968) e Hall (2006) sobre linguagem, identidade e colonialidade simbólica. Propomos uma crítica à lógica paternalista de "dar voz" aos povos subalternizados, afirmando, com Spivak (2010) e Kilomba (2019), que essas vozes nunca deixaram de existir — foram apenas recusadas pelas estruturas de escuta seletiva que o algoritmo reforça. E, por fim, apresentamos a ideia de reencantamento técnico a partir do mangue: uma metáfora da potência viva, impura e insubmissa dos saberes que resistem e reinventam mundos desde o Sul Global. Porque o que está em disputa não é apenas o futuro da tecnologia — mas o direito de narrar, imaginar e construir outros futuros possíveis, com nossos próprios códigos, corpos e vozes. Não se trata de pedir permissão para falar: trata-se de afirmar, com radicalidade, que nós sempre falamos — e agora, exigimos ser escutados.

Colonialidade do saber, técnica e fetichismo

A inteligência artificial, como qualquer produção técnica, está imersa em uma matriz histórica de dominação. Sua promessa de universalidade, neutralidade e objetividade é uma performance ideológica que oculta os fundamentos coloniais de sua constituição. Como bem formula Aníbal Quijano

(2005), a colonialidade do saber não é um subproduto do colonialismo moderno — ela é o seu núcleo organizador, perpetuado sob novas formas. A IA, nesse sentido, é uma de suas expressões contemporâneas mais sofisticadas. Essa afirmação não se sustenta apenas no plano teórico. Estudos empíricos demonstram que sistemas de reconhecimento facial apresentam taxas de erro significativamente maiores para mulheres negras; algoritmos de predição de risco reproduzem padrões históricos de policiamento racializado; e a infraestrutura de computação em nuvem que sustenta modelos de larga escala está concentrada em corporações sediadas no Norte Global. A colonialidade não é metáfora — ela é arquitetura.

A partir de Ramón Grosfoguel (2016), podemos entender que a IA não apenas reproduz a colonialidade do saber, mas também a do ser e do poder. Ou seja, ela não só define quais conhecimentos importam, mas também quais existências são reconhecíveis e quais formas de poder são autorizadas. A racionalidade técnica que estrutura a IA é uma forma de epistemicídio automatizado, que opera por meio de classificações algorítmicas baseadas em um padrão supostamente neutro — mas, na verdade, moldado a partir da história branca, masculina e eurocêntrica do Ocidente. Esse epistemicídio não se dá por censura explícita, mas por arquitetura estatística. Quando modelos são treinados majoritariamente com dados produzidos em contextos ocidentais e racialmente desiguais, o padrão histórico dominante torna-se norma técnica invisível. Corpos e saberes que escapam a esse padrão aparecem como erro, risco ou irrelevância. A colonialidade, assim, não é metáfora: ela se torna variável.

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 29) identifica na modernidade ocidental a consolidação de um regime epistêmico único, que estabelece critérios universais de validade baseados na mensuração, na formalização e na previsibilidade. A inteligência artificial atualiza esse paradigma ao converter tais critérios em arquitetura computacional. Sistemas baseados em aprendizagem de máquina operam a partir de dados estruturados, variáveis quantificáveis e modelos probabilísticos. Para que algo seja incorporado ao processo decisório algorítmico, precisa ser traduzido em dado, parametrizado e integrado a uma lógica estatística de correlação e predição. Saberes orais, experiências terri-

toriais, cosmologias não ocidentais ou conhecimentos que não se organizam segundo categorias formais tornam-se, nesse processo, não apenas invisíveis, mas tecnicamente inexistentes.

A exclusão não ocorre por refutação explícita, mas por incompatibilidade estrutural: o que não pode ser convertido em variável não entra no modelo. Ao priorizar eficiência preditiva e otimização estatística, a IA substitui o diálogo entre epistemologias por um critério único de inteligibilidade — a compatibilidade com sua arquitetura matemática. A complexidade social é reconfigurada como problema de classificação; a diferença é convertida em desvio ou ruído; e o mundo passa a ser lido segundo a lógica da probabilidade. A IA não elimina outros saberes; ela redefine as condições de existência do que pode contar como saber no interior de sistemas automatizados de decisão.

É aqui que o pensamento de Lélia Gonzalez se torna decisivo. A colonialidade da razão não é apenas uma hierarquização abstrata de saberes; ela é racializada e generificada nas práticas sociais concretas — inclusive nas tecnologias contemporâneas. Quando falamos de inteligência artificial, não nos referimos a qualquer forma de automação computacional, mas especificamente a sistemas baseados em aprendizagem de máquina aplicados em reconhecimento facial, predição de risco criminal, moderação automatizada de conteúdo e ranqueamento algorítmico em plataformas digitais.

Esses sistemas são treinados com grandes bases de dados extraídas de contextos sociais marcados por desigualdades históricas. A comprovação desse padrão não é meramente teórica. Pesquisas empíricas demonstraram, por exemplo, que sistemas comerciais de reconhecimento facial apresentaram taxas de erro significativamente maiores para mulheres negras do que para homens brancos. A explicação técnica é clara: os conjuntos de treinamento continham desproporcionalmente rostos brancos e masculinos, fazendo com que o "rosto padrão" aprendido pelo modelo correspondesse a esse perfil. O viés não surge da máquina em si, mas da composição histórica e social dos dados.

De modo semelhante, algoritmos de predição criminal e modelos de crédito utilizam bases de dados produzidas por instituições que já operam seletivamente. Se territórios negros foram historicamente mais policiados, os registros

oficiais indicam maior incidência de crime nessas áreas — não necessariamente porque haja maior prática criminal, mas porque houve maior vigilância. Quando esses dados alimentam modelos preditivos, a desigualdade histórica é convertida em probabilidade futura. O passado excludente torna-se variável estatística.

É nesse ponto que a formulação de Gonzalez sobre o chamado *"racismo à brasileira"* ganha densidade analítica. A autora não utiliza essa expressão como elogio à mestiçagem, mas como crítica à forma dissimulada pela qual o racismo opera no Brasil: não como segregação explícita, mas como apagamento estrutural sob a retórica da harmonia racial. Algo semelhante ocorre quando empresas tecnológicas anunciam diversidade e inclusão enquanto mantêm arquiteturas de dados e critérios de validação que reproduzem padrões históricos de exclusão. A discriminação não aparece como intenção declarada; ela se manifesta como efeito sistêmico naturalizado.

Assim, a IA não apenas pode discriminar corpos negros e femininos em determinadas aplicações; ela também tende a privilegiar formas de conhecimento que já estão amplamente representadas em seus dados de treinamento. Saberes orais, cosmologias indígenas, experiências territoriais periféricas ou epistemologias não formalizadas raramente aparecem com densidade suficiente para moldar o modelo estatístico. O silêncio não é imposto por censura direta, mas por sub-representação estrutural.

Por outro lado, a crítica marxista do fetichismo da mercadoria, formulada por Karl Marx, permanece fundamental para compreender a forma como esses sistemas são percebidos socialmente. Sob o capitalismo de plataforma, algoritmos são apresentados como instrumentos técnicos neutros, quando na realidade condensam decisões humanas, interesses corporativos e prioridades econômicas. O resultado é o que Deivison Faustino e Walter Lippold descrevem como a construção do algoritmo como entidade autônoma — uma instância quase mística que "decide" sozinha.

O fetichismo se aprofunda quando decisões empresariais — como critérios de otimização, métricas de desempenho ou objetivos de maximização de lucro — aparecem como se fossem exigências técnicas inevitáveis. Na prática, são escolhas políticas inscritas em código. A colonialidade, nesse contexto,

não reside na matemática em si, mas na articulação entre bases de dados historicamente desiguais, objetivos econômicos corporativos e a legitimação social da decisão automatizada como imparcial.

Milton Santos argumenta que o chamado meio técnico-científico-informacional não se distribui de forma homogênea no território; ele reorganiza o espaço segundo os interesses do capital global, produzindo zonas de comando e zonas de subordinação. A inteligência artificial, enquanto infraestrutura central desse meio técnico contemporâneo, intensifica essa lógica. Ela não circula como instrumento neutro de conhecimento, mas como tecnologia territorialmente situada: nos centros econômicos globais, otimiza cadeias produtivas, logística e finanças; nas periferias, é frequentemente aplicada à vigilância, à triagem social e ao gerenciamento de populações consideradas "de risco".

Um exemplo no Sul Global ajuda a concretizar essa dinâmica. No Brasil, sistemas de reconhecimento facial foram implementados em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro para fins de segurança pública, integrados a bancos de dados policiais historicamente marcados por seletividade racial e territorial. Enquanto, em países centrais, tecnologias semelhantes são empregadas majoritariamente para fins comerciais (personalização de consumo, automação empresarial), nas periferias urbanas brasileiras sua aplicação prioritária recai sobre o monitoramento de espaços populares. A técnica não se distribui igualmente: ela organiza fluxos financeiros no Norte e gerencia corpos racializados no Sul. Esse processo produz o que Santos descreve como fragmentação territorial: determinadas áreas tornam-se altamente monitoradas, enquanto outras concentram infraestrutura de inovação e decisão. A IA, nesse contexto, espacializa a dominação ao transformar bairros periféricos em zonas permanentemente calculadas como risco. O território passa a existir, para o sistema, sobretudo como dado estatístico.

Mas há um segundo nível, menos visível e igualmente relevante: o apagamento de outros conhecimentos territoriais. Comunidades periféricas, quilombolas ou indígenas possuem formas próprias de produzir informação sobre segurança, convivência, uso do espaço e resolução de conflitos. Quando a política pública passa a depender prioritariamente de sistemas algorítmicos baseados em bases de dados centralizadas, essas formas locais de conhecimento

deixam de informar a decisão. O que não está registrado em banco de dados estruturado não entra no cálculo. O saber territorial é substituído pelo *dashboard*.

Assim, a IA não apenas desumaniza; ela redefine quais formas de conhecimento contam como legítimas na gestão do espaço. O conhecimento técnico-estatístico, produzido por especialistas e empresas contratadas, ganha primazia sobre experiências vividas e saberes comunitários. Não há destruição explícita desses saberes — há sua irrelevância institucional. Eles deixam de orientar políticas porque não são traduzíveis na lógica da modelagem preditiva.

Nesse sentido, a crítica não deve se limitar ao uso inadequado da tecnologia, mas à forma como o meio técnico-científico-informacional consolida uma hierarquia epistêmica: o que é mensurável governa; o que é situado e narrativo torna-se acessório. O fetichismo da técnica opera quando decisões políticas são apresentadas como resultados inevitáveis de análises de dados, ocultando que os próprios critérios de coleta, modelagem e otimização foram definidos a partir de interesses específicos.

Romper com essa estrutura implica recolocar a técnica como campo de disputa. Não se trata de rejeitar a IA, mas de questionar: quem define as métricas? Quem controla as bases de dados? Quais territórios são priorizados para vigilância e quais para investimento? Uma ecologia de saberes, nesse contexto, significaria integrar sistemas técnicos a processos deliberativos que reconheçam o conhecimento local como fonte legítima de orientação, e não como ruído a ser descartado.

Subjetividade, performatividade e alienação

A inteligência artificial não opera apenas sobre dados externos; ela intervém diretamente na formação de condutas. No contexto do Sul Global, essa atuação não se dá por uma entidade difusa chamada IA, mas por sistemas específicos: algoritmos de recomendação de plataformas como Meta e TikTok; sistemas de ranqueamento de busca da Google; plataformas de trabalho sob demanda como Uber e iFood; e sistemas de score de crédito operados por *bureaus* como Serasa Experian.

Esses sistemas utilizam modelos de *machine learning* que classificam, ranqueiam e predizem comportamentos. No caso de motoristas de aplicativo, por exemplo, algoritmos calculam taxas de aceitação, tempo de resposta, avaliações de usuários e padrões de deslocamento. A consequência prática é a indução de autovigilância permanente: o trabalhador ajusta seu comportamento para manter uma pontuação mínima e evitar bloqueio automático. A disciplina não é imposta por um supervisor visível, mas por métricas invisíveis. Aqui, a subjetividade é moldada por parâmetros definidos por empresas sediadas majoritariamente no Norte Global.

No campo das redes sociais, algoritmos de recomendação priorizam conteúdos que maximizam engajamento. Criadores do Sul Global aprendem rapidamente que determinados formatos, estéticas e linguagens são mais "entregues" pelo sistema. Isso induz a padronização cultural. A pluralidade não é proibida — ela é desincentivada pelo cálculo de visibilidade. O algoritmo define o que é relevante porque controla a distribuição da atenção.

É nesse sentido que a noção de colonialidade do ser, formulada por Ramón Grosfoguel, pode ser mobilizada: a racionalidade algorítmica não é apenas cálculo; ela estabelece critérios de inteligibilidade. O que é produtivo? O que é confiável? O que é "conteúdo de qualidade"? Essas definições não emergem do Sul; são inscritas em modelos treinados, majoritariamente, por corporações como Google, Microsoft e Meta, que controlam infraestrutura de nuvem, dados e parâmetros de otimização. A imposição não ocorre por decreto. Ela se dá por arquitetura de plataforma: quem não se adapta aos critérios algorítmicos perde visibilidade, renda ou acesso a serviços. A subjetivação, portanto, não é metafísica; é operacional.

A leitura de Deivison Faustino e Walter Lippold ajuda a compreender esse processo como colonialismo digital: fluxos de dados extraídos de populações periféricas alimentam modelos cujo valor econômico é apropriado fora desses territórios. No Brasil, por exemplo, milhões de usuários produzem dados comportamentais diariamente; contudo, os centros de decisão algorítmica permanecem no exterior. A subjetividade local torna-se matéria-prima de acumulação global.

Quanto à interlocução com Lélia Gonzalez, é preciso precisão. Gonzalez analisou o racismo estrutural brasileiro, não a engenharia de *software* internacional. A conexão não deve ser feita como se os algoritmos carregassem uma essência nacional. O ponto é outro: quando sistemas globais operam sobre sociedades marcadas por desigualdades raciais específicas — como o Brasil —, eles tendem a reproduzir essas hierarquias porque são alimentados por dados locais historicamente seletivos (policiamento, crédito, escolaridade). Assim, o mito da democracia racial — criticado por Gonzalez — encontra nova forma de naturalização quando desigualdades aparecem como "resultado estatístico". O racismo não é programado como intenção; ele emerge como efeito da estrutura social convertida em dado.

No campo acadêmico, a subjetivação algorítmica aparece em sistemas de indexação e métricas como o Google Scholar, plataformas de avaliação institucional e softwares de análise bibliométrica. O uso crescente de ferramentas automatizadas para ranqueamento de periódicos e pesquisadores cria incentivos comportamentais: publicar mais, em inglês, em revistas indexadas em bases internacionais. A performatividade descrita por Sobrinho e Lima torna-se operacional quando métricas são extraídas e processadas automaticamente por sistemas digitais. A IA entra nesse circuito ao alimentar mecanismos de recomendação de artigos, classificação de relevância e análise de impacto. A produção intelectual passa a ser orientada por critérios calculáveis, reforçando a hegemonia epistemológica do Norte.

A crítica de Karl Marx à alienação ilumina esse cenário, mas é preciso evitar amálgamas. Não se trata de "opressão algorítmica" genérica. Trata-se de processos distintos: algoritmos de trabalho sob demanda disciplinam temporalidades; algoritmos de crédito moldam comportamentos financeiros; algoritmos de recomendação orientam produção cultural; sistemas de vigilância moldam condutas territoriais. O elemento comum não é a IA em abstrato, mas a incorporação de modelos preditivos em estruturas capitalistas de governança.

Quanto à dimensão espacial evocada por Milton Santos, os fatos são observáveis: tecnologias de reconhecimento facial são implementadas em bairros periféricos para policiamento; plataformas de microtrabalho digital recrutam

mão de obra barata no Sul para treinar modelos de IA utilizados por empresas do Norte; centros de dados e laboratórios de pesquisa concentram-se nos EUA e na China. Nos centros, a IA organiza inovação e capital; nas margens, regula circulação, crédito e segurança. A técnica distribui funções distintas no espaço global.

Portanto, a subjetivação algorítmica não é uniforme. Ela assume formas específicas conforme o sistema, o território e a posição social do sujeito. É essa diferenciação concreta que sustenta a crítica — não a ideia de uma entidade algorítmica abstrata, mas a análise situada de múltiplos sistemas que, ao operarem juntos, configuram um regime sociotécnico que redefine o que significa ser produtivo, confiável, visível e reconhecível.

Saberes insurgentes e crítica epistêmica à IA

Antes de sustentar uma crítica estrutural, é necessário explicitar a que tipo de inteligência artificial este artigo se refere. Trata-se, sobretudo, de sistemas baseados em aprendizagem de máquina (*machine learning*) — modelos estatísticos treinados em grandes volumes de dados para classificar, ranquear ou prever comportamentos. Esses sistemas estão presentes em mecanismos de busca, redes sociais, reconhecimento facial, concessão de crédito, policiamento preditivo e plataformas de trabalho sob demanda, operados majoritariamente por corporações como Google, Meta, Microsoft e Amazon.

Tecnicamente, esses modelos funcionam a partir de três operações centrais: (1) datificação, na qual fenômenos sociais são convertidos em variáveis mensuráveis; (2) treinamento estatístico, em que o sistema identifica padrões recorrentes em dados históricos; e (3) otimização por métricas, que ajusta o modelo para maximizar desempenho segundo critérios previamente definidos (acurácia, engajamento, eficiência, redução de risco etc.). Não há, nesse processo, deliberação hermenêutica ou diálogo entre perspectivas: há cálculo probabilístico orientado por objetivos previamente programados. Quando se afirma que a IA classifica, mas não dialoga, o fundamento técnico da afirmação está justamente nessa arquitetura: o modelo aplica categorias e aprende correlações; ele não negocia sentidos com os sujeitos afetados.

É nesse ponto que as contribuições de Boaventura de Sousa Santos tornam-se pertinentes. Se a modernidade consolidou um regime de validação baseado na mensuração e na previsibilidade, os sistemas de IA operacionalizam esses critérios ao transformar inteligibilidade em compatibilidade estatística. O que não pode ser convertido em dado estruturado — saberes orais, experiências territoriais, cosmologias não formalizadas — não entra no circuito decisório automatizado. A exclusão não se dá por censura explícita, mas por intraduzibilidade técnica.

A chamada "neutralidade" da IA refere-se à alegação de que modelos apenas refletem dados objetivos. No entanto, cada etapa do processo envolve escolhas humanas: quais dados coletar, quais variáveis incluir, quais categorias definir, qual função de perda minimizar e qual objetivo otimizar. Essas decisões são tomadas por equipes técnicas e corporativas situadas em contextos geopolíticos específicos. A neutralidade, portanto, não é ausência de valores, mas invisibilização das escolhas que estruturam o sistema. Como já evidenciado pelos estudos de Buolamwini e Gebru citados anteriormente, esse padrão de erro não é um acidente, mas um sintoma da colonialidade do ser. Quando corpos negros são sistematicamente lidos como "ruído" ou "erro", a IA deixa de ser apenas uma ferramenta falha para se tornar uma instância de desumanização ontológica.

Essa dinâmica dialoga com a noção de colonialidade do ser desenvolvida por Ramón Grosfoguel. Quando determinados corpos aparecem sistematicamente como erro, risco ou suspeita em sistemas automatizados, há um efeito ontológico: certas existências tornam-se permanentemente classificáveis como problema. A subjetividade passa a ser moldada por métricas externas.

No campo do trabalho, plataformas como Uber e iFood utilizam algoritmos de ranqueamento que calculam desempenho a partir de avaliações, tempo de resposta e taxas de aceitação. O trabalhador ajusta seu comportamento para manter uma pontuação mínima, sob risco de bloqueio automático. A disciplina é exercida por métricas invisíveis. Aqui, a subjetivação algorítmica é concreta: o sujeito internaliza parâmetros definidos por sistemas proprietários.

No campo acadêmico, sistemas digitais de indexação e recomendação — como o Google Scholar — e ferramentas automatizadas de análise bibliométrica operam com métricas de impacto, citações e relevância. Quando políticas institucionais passam a depender desses indicadores, a produção intelectual é orientada por critérios quantificáveis. A tecnologia não cria o produtivismo neoliberal, mas o intensifica ao automatizar sua mensuração. Como argumenta Ruha Benjamin, tecnologias podem incorporar desigualdades estruturais em sua própria arquitetura. Isso não significa que haja um projeto consciente de eliminação, mas que modelos treinados em dados desiguais tendem a reproduzir essas desigualdades.

Por fim, a referência a uma possível IA do Sul não deve sugerir um projeto homogêneo ou identitário. O Sul Global é plural e multipolar. O que está em jogo não é a criação de uma tecnologia unificada, mas a reorganização das condições de produção técnica: governança local de dados, transparência nos critérios de modelagem, participação comunitária na definição de métricas e objetivos. Trata-se menos de substituir uma essência por outra e mais de deslocar o centro de decisão.

A crítica, portanto, não se dirige à computação como tal, mas ao regime sociotécnico em que modelos preditivos são integrados a estruturas econômicas e políticas desiguais. Explicitar como esses sistemas funcionam é condição para que a crítica não recaia sobre uma abstração, mas sobre arquiteturas concretas que moldam condutas, distribuem oportunidades e definem quem será visível, confiável ou descartável no interior da racionalidade algorítmica contemporânea.

Representação e subjetividades colonizadas: Fanon e os algoritmos do ser

A racionalidade algorítmica, enquanto forma contemporânea de organização técnica do mundo, não apenas estrutura dados: ela participa da produção de sujeitos e da regulação de formas de existência. A crítica aqui não se dirige a um algoritmo abstrato, como se houvesse uma entidade única e homogênea, mas a um conjunto diverso de sistemas computacionais baseados em aprendizagem de máquina, utilizados em plataformas digitais, políticas

públicas, serviços financeiros, segurança e gestão do trabalho. Esses sistemas classificam, ranqueiam e predizem comportamentos a partir de padrões extraídos de grandes bases de dados.

É nesse ponto que o pensamento de Frantz Fanon permanece decisivo. Em *Os condenados da terra*, Fanon demonstra que o colonialismo não opera apenas por dominação militar ou jurídica, mas por uma ontologia que institui o colonizado como problema, desvio ou ameaça. O colonizado é construído como ruído dentro de uma ordem que se apresenta como universal. A desumanização é estrutural: ela antecede o ato violento e o legitima.

Quando se afirma que sistemas de IA reproduzem essa lógica, é preciso explicar como. Modelos de aprendizagem de máquina são treinados com dados históricos — registros policiais, históricos de crédito, cadastros administrativos, interações em plataformas digitais. Esses dados não surgem no vazio: são produzidos por instituições situadas em sociedades marcadas por desigualdades raciais, territoriais e de classe. Se determinados bairros foram historicamente mais policiados, haverá mais registros de ocorrência nesses territórios; se populações negras tiveram menos acesso a crédito formal, seus históricos financeiros refletirão essa exclusão. Ao treinar modelos com esses dados, o sistema aprende padrões que espelham desigualdades já existentes.

Assim, não se trata de atribuir intencionalidade moral à técnica, mas de reconhecer que sistemas preditivos operam por correlação estatística: eles projetam o futuro com base no passado registrado. Quando o passado é estruturado por relações coloniais e raciais, a projeção tende a consolidá-las sob a forma de cálculo. O efeito não é apenas distributivo — quem recebe crédito, quem é monitorado, quem é bloqueado — mas também ontológico: certos grupos tornam-se permanentemente legíveis como risco, suspeita ou baixa confiabilidade.

A singularização do termo *o algoritmo* obscurece essa complexidade. O que está em jogo são arquiteturas sociotécnicas compostas por modelos matemáticos, bancos de dados, critérios de otimização e decisões institucionais. No entanto, apesar da diversidade material desses sistemas, há um traço comum: todos dependem da transformação da experiência social em variável mensurável. Aquilo que não pode ser quantificado — vínculos comunitários,

saberes informais, histórias não registradas — permanece fora do circuito decisório automatizado.

Essa dinâmica pode ser articulada à reflexão de Achille Mbembe sobre necropolítica. Em contextos de gestão automatizada de segurança, crédito ou assistência social, decisões baseadas em modelos preditivos podem intensificar a exposição diferencial à precariedade. A exclusão de um benefício, o bloqueio de uma conta, a classificação reiterada como "alto risco" não configuram necessariamente morte física, mas podem produzir formas de morte social e civil. A gestão diferencial da vulnerabilidade torna-se operacionalizável em escala.

O ponto central, à luz de Fanon, é que a desumanização não precisa de declaração explícita. Ela se realiza quando a ordem dominante define silenciosamente quem é plenamente reconhecível como sujeito e quem aparece apenas como dado problemático a ser administrado. Sistemas algorítmicos, ao cristalizarem identidades em perfis preditivos — "inadimplente provável", "usuário suspeito", "perfil de risco" —, reduzem a complexidade da existência à sua legibilidade estatística. A fluidez do ser é comprimida em categorias funcionais.

Contudo, Fanon também insiste que os condenados da terra não são apenas objetos da história, mas agentes de transformação. A subjetividade colonizada não é passiva: ela tensiona, desestabiliza e reinventa a ordem que a aprisiona. Aplicado ao campo digital, isso significa que populações historicamente subalternizadas não estão apenas submetidas à classificação algorítmica; elas também contestam, expõem vieses, produzem tecnologias alternativas e reivindicam controle sobre seus dados e narrativas.

Retomar Fanon no debate sobre inteligência artificial não implica afirmar que a técnica é, por essência, colonial. Implica reconhecer que, quando inseridos em estruturas históricas de dominação, sistemas de classificação automatizada podem prolongar a lógica que transforma determinados corpos em problema estrutural. A luta pela representação, nesse contexto, é também uma luta ontológica: por escapar à redução do ser à métrica e à probabilidade, por existir para além daquilo que o cálculo consegue capturar.

Escuta, ruído e a falácia da voz concedida: Fanon, Hall e as representações algorítmicas do ser

A crítica à inteligência artificial não pode permanecer restrita ao vocabulário da "inclusão" ou da promessa de "dar voz" a grupos historicamente subalternizados. O problema não é ausência de enunciação, mas as condições sob as quais determinadas falas são reconhecidas como válidas. No campo da IA, isso significa perguntar: quais dados são capturados? Quais formas de expressão são convertidas em informação processável? Quais padrões são considerados normais?

Sistemas contemporâneos de IA — como modelos de reconhecimento de fala, algoritmos de moderação de conteúdo, mecanismos de recomendação e sistemas de triagem automatizada em serviços públicos — operam a partir de dados estruturados. Eles transformam linguagem, comportamento ou imagem em variáveis numéricas, que são então comparadas a padrões aprendidos em bases de treinamento. Essa conversão técnica é condição de funcionamento: aquilo que não pode ser traduzido em dado mensurável não entra no modelo.

À luz de Frantz Fanon, especialmente em *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da terra*, a colonização não suprime simplesmente a fala do colonizado; ela redefine os critérios do que conta como fala legítima. O sujeito colonizado é frequentemente empurrado para a posição de ruído — não porque não fale, mas porque sua linguagem é considerada inadequada, excessiva ou irracional segundo os parâmetros do colonizador. A analogia com a IA não é metafórica: sistemas de reconhecimento de voz, por exemplo, historicamente apresentaram maiores taxas de erro para sotaques regionais e variedades linguísticas fora do padrão dominante, porque seus dados de treinamento foram compostos majoritariamente por falantes de variedades hegemônicas. O "erro" não está na fala, mas na distribuição dos dados que definem o padrão.

Algo semelhante ocorre em sistemas de moderação automatizada utilizados por plataformas digitais. Modelos treinados para identificar discurso de ódio ou conteúdo "impróprio" aprendem com bases rotuladas por equipes humanas segundo diretrizes corporativas. Expressões politizadas de denúncia racial ou uso de termos ressignificados por comunidades negras podem

ser classificadas como ofensivas ou inadequadas porque o modelo reconhece padrões lexicais sem compreender contexto histórico ou intencionalidade. A máquina não "ouve": ela detecta combinações estatísticas de palavras associadas a categorias previamente definidas.

Quando se afirma que a IA pratica uma "escuta seletiva", isso significa tecnicamente que o sistema só processa o que foi antecipadamente modelado como relevante. Em modelos preditivos, variáveis precisam ser definidas antes do treinamento. Se um sistema de concessão de crédito utiliza renda formal, histórico bancário e pontuação de consumo como indicadores centrais, experiências econômicas informais — comuns em contextos periféricos — tornam-se invisíveis. A ausência de registro é interpretada como ausência de confiabilidade. A fala social que não foi convertida em dado estruturado aparece como vazio.

A "legibilidade", nesse contexto, não é uniforme para todas as IAs, mas diz respeito à adequação da experiência a um formato reconhecível pelo modelo. Em sistemas de triagem automatizada de currículos, por exemplo, trajetórias profissionais não lineares ou formações fora de instituições centrais podem ser subvalorizadas porque o algoritmo foi treinado com históricos de contratação anteriores que privilegiavam certos perfis. O sujeito precisa caber na forma estatística do sucesso passado para ser reconhecido como potencial futuro.

A reflexão de Gayatri Chakravorty Spivak sobre a possibilidade de o subalterno ser ouvido ajuda a deslocar a questão. O problema não é apenas falar, mas ser ouvido sem ser reduzido à gramática dominante. Nos sistemas de IA, essa redução ocorre quando linguagem e identidade são convertidas em vetores numéricos cuja finalidade é otimizar uma métrica — engajamento, risco, produtividade, segurança. A alteridade só entra no sistema se puder ser traduzida nos termos dessa métrica.

Já bell hooks chama atenção para as condições impostas à fala "aceitável". No ambiente algorítmico, essas condições assumem a forma de conformidade a padrões de dados: ortografia padronizada, gramática dominante, comportamento previsível, consumo regular. A divergência pode ser tratada como

anomalia ou risco. Em sistemas de reconhecimento facial, falhas recorrentes com peles mais escuras — já documentadas em estudos acadêmicos — revelam que a base de treinamento foi construída com maior concentração de rostos brancos. A tecnologia reconhece melhor aquilo que foi mais representado.

Perguntar o que seria "escuta" na tecnologia da IA exige abandonar a metáfora puramente moral. Escutar, tecnicamente, implicaria: ampliar a diversidade e a origem das bases de dados; permitir revisão comunitária dos critérios de classificação; tornar transparentes as métricas de decisão; incorporar mecanismos de contestação e correção acessíveis aos afetados. Isso não elimina assimetrias estruturais, mas desloca o poder decisório sobre o que conta como dado válido. Sem isso, a personalização e a responsividade prometidas pelas plataformas permanecem condicionadas à adequação prévia do sujeito ao padrão aprendido. A crítica, portanto, não é à existência de modelos estatísticos em si, mas à naturalização de seus filtros como forma neutra de reconhecimento. Quando sistemas automatizados falham sistematicamente com determinados corpos, sotaques ou trajetórias, não se trata apenas de *bugs* técnicos, mas de sintomas de uma arquitetura construída sobre distribuições históricas desiguais.

Se houver espaço para uma prática insurgente no campo da IA, ela não consistirá apenas em "dar voz", mas em intervir nas infraestruturas de dados e nas métricas que definem o que pode ser ouvido. Isso envolve desenvolvimento de tecnologias comunitárias, auditorias independentes, políticas públicas de regulação e controle social sobre bases de dados. A questão não é benevolência algorítmica, mas disputa sobre quem define os parâmetros da legibilidade.

O ruído, o erro e o não-classificável deixam de ser apenas falhas técnicas e passam a revelar os limites da racionalidade estatística como forma única de organizar o mundo. Retomar Fanon nesse debate é insistir que a luta por reconhecimento não se resolve na superfície da representação, mas na transformação das estruturas que determinam quem será considerado plenamente humano — inclusive no interior das máquinas que pretendem nos reconhecer.

Considerações finais

A inteligência artificial não é apenas um arranjo técnico ou ferramenta de automação. É, acima de tudo, um regime de saber e poder, operando por meio de lógicas que definem quem importa, quem conta e quem pode ser ouvido. Ancorada na racionalidade moderna-colonial, a IA não apenas reflete o mundo social — ela o produz tecnicamente, por meio de modelos que classificam, normalizam e eliminam tudo aquilo que foge à lógica da eficiência, do lucro e da previsibilidade.

Neste artigo, argumentamos que a IA atualiza, com novos recursos, a colonialidade do saber, do ser e do poder, como identificam Quijano (2005), Grosfoguel (2016), Gonzalez (2018), Santos (2006), Walsh (2009) e Fanon (1968). Seu fetichismo técnico, como já denunciado por Marx (2013), opera o milagre de converter escolhas políticas em decisões automáticas, neutralizando o conflito e apagando a história. Mais do que erro técnico, os vieses da IA são expressões algorítmicas de estruturas coloniais profundas.

No entanto, como nos lembram Fanon (1968) e Stuart Hall (2006), o problema nunca foi a ausência de voz dos povos subalternizados — mas a recusa em escutá-los fora dos moldes da dominação. O algoritmo não silencia: ele escolhe o que transforma em fala e o que relega ao ruído estatístico. O problema, portanto, não se resolve "dando voz", mas reconstruindo as condições da escuta. Como propõem Spivak (2010), bell hooks (2013) e Grada Kilomba (2019), é necessário romper com a lógica da legibilidade hegemônica: só haverá escuta real quando a fala puder ser múltipla, impura, imprevisível — e ainda assim legítima.

A técnica, como lembra Milton Santos (2006), é sempre parte da disputa pelo projeto de sociedade. A IA não escapa disso. Reencantá-la desde o Sul Global não significa torná-la mais ética dentro dos moldes do capital, mas reinventá-la como campo de insurgência epistêmica e política. Uma IA que escute sem filtrar, que reconheça sem hierarquizar, que traduza sem dominar — talvez isso só possa surgir fora da IA como a conhecemos hoje.

Do mangue, lugar de saberes turvos e férteis, nascem linguagens que o algoritmo não decifra. A antena parabólica pode tentar codificar, mas há sempre um excesso que escapa. E é nesse excesso — no ruído, no erro, na fala não

permitida — que pulsa a possibilidade de outra técnica, outra escuta, outra forma de existir. Não se trata de dar voz, mas de desconstruir o silêncio como imposição histórica, e afirmar: nós sempre falamos. A pergunta agora é: vocês finalmente escutam?

Referências

BENJAMIN, R. *Race After Technology*: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity Press, 2019.

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 77-91, 2018.

FANON, F. *Os condenados da terra.* Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

ZERO QUATRO, F. *Caranguejos com Cérebro:* Manifesto. Recife: Edição do Autor, 1992.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In:* GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa… Diáspora Africana: Editora Filhos da Diáspora, 2018. p. 190-214.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico, universidades ocidentalizadas e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

FAUSTINO, D; LIPPOLD, W. *Colonialismo digital*: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOBLE, S. U. *Algorithms of Oppression*: How Search Engines Reinforce Racism. New York: New York University Press, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOBRINHO, A. S; LIMA, L. M. Performatividade e políticas educacionais no Brasil: um estudo de metapesquisa. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 10, p. 1-16, 2025. Disponível em : https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/24874. Acesso em: 26 fev. 2026.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, sociedad*: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala, 2009.